FIESP DEPARTAMENTO SINDICAL
InformeDESIN

Boletim 1330/2017 – Ano IX – 14/11/2017

Valor ECONÔMICO

Montadoras e metalúrgicas geram empregos formais no Sul do Estado

Por Bruno Villas Bôas

Impulsionados pela produção de veículos e metalúrgicas, os municípios do Sul fluminense apresentam indicadores melhores de emprego em relação à capital e ao restante do Estado do Rio. Juntas, as cidades de Itatiaia, Resende e Porto Real registram geração líquida de 1.576 postos de trabalho formais de janeiro a setembro deste ano, segundo dados do Ministério do Trabalho. Coordenador de estudos econômicos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), William Figueiredo diz que o emprego formal é o primeiro indicador antecedente da atividade. "É a região do Estado que mais gera emprego na indústria neste ano. Dois setores respondem por esses resultados: metalurgia básica e veículos automotores", afirma Figueiredo.

O principal responsável por esse resultado é Resende, município na divisa com São Paulo. Dados do Caged apontam a geração de 1.151 postos na cidade neste ano. No município está instalada a MAN Latin America, produtora de caminhões da marca Volkswagen. A montadora 300 pessoas e descartou férias coletivas. "Nosso mercado de caminhões e ônibus é um bom termômetro da economia e ele está voltando a crescer. Isso significa que a economia cresce, assim como o consumo e o investimento. Este é nosso momento: de reinício, com atividade econômica a todo vapor" , disse Roberto Cortes, presidente da MAN.

Também em Resende, a Nissan do Brasil iniciou o segundo turno de produção do complexo industrial em meados de julho. A empresa contratou 600 funcionários para aumentar a produção do modelo Nissan Kicks. Inaugurada há três anos, a unidade também produz os automóveis compactos March e Versa. De acordo com dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção de veículos automotores, reboques e carrocerias cresceu 28,4% neste ano até agosto no Estado do Rio. O setor metalúrgico registra expansão de 22,6% no Estado no mesmo período. Esses desempenhos puxam a alta de 1,8% da indústria fluminense em geral neste ano.

Segundo Rodrigo Lobo, técnico da coordenação da indústria do IBGE, as exportações de veículos foram o motor do desempenho do setor automotivo neste ano. O resultado também reflete, porém, o desempenho positivo das vendas internas de caminhões, o que pode estar relacionado ao transporte da safra agrícola recorde do país. Outra boa notícia pode vir do setor de petróleo. O Estado do Rio deve arrecadar cerca de R$ 50 bilhões com royalties da produção das seis áreas arrematadas nos dois leilões do pré-sal realizados no fim de outubro, segundo estimativa da Firjan. E receberá no mínimo R$ 532 milhões em investimentos.

(Fonte: Valor Econômico – 14/11/2017)

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

DCI www.dci.com.br

Demanda mais generalizada de insumos traz alento à indústria

matéria-prima. Produção de materiais utilizados na fabricação de diversos bens de consumo começa a reagir neste final de ano, trazendo esperança de retomada mais firme para 2018

São Paulo - Após um longo período de retração, o aumento da demanda por uma série de insumos usados na atividade industrial melhora as perspectivas quanto à retomada mais generalizada da produção - que não esteja concentrada apenas em automóveis e agronegócio. Um dos principais insumos empregados nas diversas cadeias de manufatura é a resina termoplástica, originada do polipropileno (PP) e polietileno (PE). "O volume tem crescido no mercado brasileiro, o que é um bom sinal, por ser indicador da atividade econômica", diz o presidente da petroquímica Braskem, Fernando Musa. "Isso traz expectativa de que teremos uma melhora da economia no ano que vem", completa.

Segundo os resultados do terceiro trimestre da Braskem, a demanda por resinas, seja PP, PE ou PVC (utilizado principalmente no setor da construção civil), cresceu 6% em relação ao segundo trimestre deste ano, para 1,3 milhão de toneladas. Com uma participação de mercado de 69%, as vendas apenas da Braskem saltaram 10%, informou a companhia. No ano, a demanda por resinas tem alta de 4% sobre igual intervalo do ano passado. Para atender a demanda interna, a empresa acabou reduzindo, inclusive, suas exportações, em 7%, de PE, especialmente para regiões fora da América Sul. "No caso do PVC, ainda há um declínio, diferentemente de PE e PP. Claramente, temos observado sinais de recuperação econômica, bastante generalizados, com exceção da construção civil", afirma Musa.

Segundo ele, as áreas de agronegócio e automobilística seguem com "excelentes resultados". Outro segmento que se destaca, na avaliação do presidente da Braskem, é o de bens de consumo. "Em parte é demanda na ponta, mas também há movimentos pontuais de recomposição de estoques na cadeia", acrescenta.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), os índices de volumes de produtos químicos para uso industrial cresceram no terceiro trimestre, com os melhores resultados na comparação com os demais período deste ano. O índice de produção cresceu 5,44%, o de vendas internas avançou 12,63%, enquanto a demanda interna - medida pelo consumo aparente - teve alta de 8,7% de julho a setembro ante abril a junho. "Tradicionalmente, na indústria química, o terceiro trimestre é o que concentra os maiores volumes de produção, de vendas e demanda do ano, o que está se confirmando pelos os resultados apresentados. Nesta época, se produz o maior volume para as encomendas de final de ano e início do ano seguinte", escreve, em relatório conjuntural, a Abiquim.

No Polo Industrial de Manaus, a reação já é sentida com o faturamento das empresas registrando alta de 6,9% em reais e de 18,3% em dólares, de janeiro a agosto, sobre igual intervalo de 2016. Este crescimento é impulsionado por diversas áreas. Entre elas, a cadeia de atividades termoplásticas apresenta incremento é de 7,08% em reais e de 18,7% em dólares. Segundo o presidente do Sindicato das Indústrias de Material Plástico de Manaus, Celso Zilves, o incremento deve-se principalmente pelos segmentos de embalagem e injeção, como de ar condicionados split.

Já os segmentos de eletroeletrônicos têm altas de 17,6% (em reais) e de 30,6% (em dólares), enquanto bens de informática avança 18,5% (em reais) e 30,8% (em dólares).

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e eletrônica (Abinee), 56% das empresas do setor indicaram alta das vendas e das encomendas, no mais alto patamar desde fevereiro de 2014. Apenas a indústria eletrônica cresceu 20,2% entre janeiro e setembro. "Os excelente resultados da área eletrônica demonstram que, felizmente, o mercado está ressurgindo", afirma o presidente da Abinee, Humberto Barbato.

Embalagens

Junto com as resinas, as vendas de papelão ondulado utilizados em embalagens, como caixas, acessórios e chapas, acumulam alta de 4,7%, para 2,917 milhões de toneladas, segundo a Associação Brasileira de Papel Ondulado (ABPO). Apenas em outubro, a expedição aumentou 8,4% na comparação com mesmo mês do ano passado, na segunda alta, consecutiva, neste patamar. A associação afirma que "taxas nesta magnitude" não se verificavam desde o primeiro semestre de 2013. "A trajetória da expedição ao longo deste ano, especialmente no período maio/julho, quando o crescimento ajustado sazonalmente alcançou 19,79% em valores anualizados, apenas ratifica o vigor da recuperação do segmento", diz a ABPO.

A Klabin, produtora de papéis para embalagens e caixa de papelão ondulado, apresenta alta de 9% entre janeiro e setembro no total expedido. Segundo a empresa, a melhora é verificada não só em alimentos mas também em algumas categorias industriais que até então não haviam dado sinais de recuperação. "Já estamos vendo uma recuperação no mercado de caixas", destaca o presidente da Klabin, Cristiano Teixeira.

Fundição

Apesar do incremento da demanda por insumos como ferro, aço e alumínio este ano ser puxada por automóveis, outras áreas também estão crescendo, como na linha branca. "Há um horizonte de recomposição de produtos que deixaram de ser adquiridos nos últimos anos, principalmente entre a classe média", avalia o diretor-executivo da Associação

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

Brasileira de Fundição (Abifa), Roberto João de Deus. A expectativa da associação é a de que o setor volte a crescer este ano, em volume, algo como 7% e 8%, e até 10% em 2018, após três anos em queda. A fundição de peças, com alumínio, se dá na produção de engrenagens para geladeiras, máquinas de lavar e fogão. Apenas a fundição de alumínio, segundo a Abifa, cresceu 72% entre janeiro e agosto, ante uma média geral do setor de 5,9%. No aço, a demanda segue puxada por automóveis, mas também por linha branca.

Rodrigo Petry

Gasto dos estados e das capitais com fomento a emprego cai 45% em 3 anos

Até agosto de 2017, recursos direcionados para políticas de geração de renda e postos de trabalho somaram R$ 643 milhões, enquanto em igual período de 2014, despesa foi de R$ 1,1 bilhões

São Paulo - As despesas dos estados e das capitais com proteção e fomento ao emprego recuaram 45% em termos reais (com desconto) em três anos, ao passarem de R$ 1,178 bilhão entre janeiro e agosto de 2014, para R$ 643 milhões em iguais meses deste ano. No período considerado, o número de desempregados saltou de 1,2 milhão, para 13,1 milhões de pessoas. Já em relação aos oito meses de 2016, quando os gastos com incentivo ao emprego somaram R$ 876 milhões, o corte foi de 36,2%, mostram dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), compilados pelo portal Compara Brasil. Somente os governos estaduais reduziram em 43% os recursos para a área, de R$ 1,034 bilhão em 2014, para R$ 584 milhões em 2017. Os números levam em conta os 26 entes mais o Distrito Federal (DF). Em relação a 2016, a queda foi de 25%.

Já nas 26 capitais brasileiras, a contração desses dispêndios alcançou 58%, ao passarem de R$ 143 milhões, para R$ 59 milhões. Já na comparação com os oito meses de 2016, houve mais um corte real de 41,2%. Segundo manuais da STN, essas despesas compreendem tanto políticas de ampliação de postos de trabalho, de qualificação profissional e de reinserção do trabalhador no mercado, como também ações relacionadas com a garantia de renda em período de desemprego, ou de concessão de auxílios.

O especialista em finanças públicas José Luis Pagnussat, economista do Conselho Federal de Economia (Cofecon), diz que, apesar dos estados e municípios terem uma atuação forte nas políticas de geração de emprego, a queda na arrecadação tributária, em decorrência da crise, forçou os governos a recuarem nessa área.

"Com exceção dos auxílios, os gastos com fomento ao trabalho fazem parte, em sua grande maioria, do grupo de despesas discricionárias, que é onde os administradores públicos têm mais flexibilidade para cortar", afirma Pagnussat. "Diante da necessidade de

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

fechar caixa, cumprir regras fiscais e dar conta da demanda crescente por saúde e educação, as prefeituras e os estados ficaram sem muita alternativa e tiveram que recuar em políticas importantes, como as de geração de emprego e renda, que seriam importantes para formar um colchão contra o desemprego", acrescenta o economista do Conselho.

Perspectiva

Pagnussat destaca ainda que o teto de gastos do governo federal pressionará cada vez mais as despesas dos estados e municípios com políticas sociais e que este cenário forçará um debate sobre a reformulação do pacto federativo. "Não é correto deixar de ampliar os investimentos em saúde, educação, geração de emprego e formação do trabalhador, porque não há recursos", ressalta o economista do Conselho. "É preciso que os governos regionais tenham uma parcela maior do bolo tributário para dar conta das atribuições que foram sendo repassadas a eles ao longo dos anos", defende.

Para Pagnussat, as políticas de fomento de trabalho não podem perder espaço no orçamento dos governos regionais. Pois, segundo ele, estados e municípios sempre tiveram um papel fundamental na capacitação de trabalhadores. O economista cita, por exemplo, que os governos do Rio Grande do Sul e do Paraná tiveram participação importante na formação do pequeno agricultor e no aumento da diversidade da produção agrícola, durante a última década.

Quadro das prefeituras

Na edição do Anuário Multi Cidades de 2017, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) destacou, justamente, que os gastos com saúde e educação das prefeituras elevaram a participação no orçamento, mesmo com queda nos recursos direcionados para cada área. Em 2016, foram direcionados para o serviço público de saúde R$ 134,21 bilhões, queda real de 1,6% frente a 2015. Mesmo assim, houve um aumento do peso deste gasto sobre o conjunto da receita vinculada, passando de 22,1% em 2013, para uma participação recorde de 24% em 2016.

Já na educação, os recursos alocados registraram queda real de 1,9%, ao passarem de R$ 151 bilhões em 2015, para R$ 148 bilhões em 2016, patamar próximo à soma aplicada em 2013, em valores reais. Ainda assim, a participação do gasto com educação na despesa total chegou ao seu nível mais alto, de 27,5%. No recorte regional, apenas os municípios das regiões Centro-Oeste e Sul apresentaram crescimento nos gastos com educação, de 0,9% e 1,2%, respectivamente. Nas demais regiões houve queda na despesa: Norte, de -3,1%, e Sudeste, de -3,5%, e Nordeste, de -1,1%.

Paula Salati

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

Zona Leste de São Paulo ganha edição regional do ContrataSP

São Paulo - A Prefeitura de São Paulo irá promover a 2ª edição do ContrataSP, no dia 24 de novembro, a fim de oferecer serviços para empregabilidade de pessoas com deficiência. Diferentemente do ano passado, esta edição será regional para os moradores da Zona Leste.

Parceria entre as secretarias municipais da Pessoa com Deficiência (SMPED) e de Trabalho e Empreendedorismo (SMTE), o evento será realizado na Prefeitura Regional de São Miguel Paulista. O prédio vai abrigar diversas oportunidades de vagas de emprego, voltadas para as empresas localizadas na região.

Segundo a secretária adjunta da Pessoa com Deficiência, Marinalva Cruz, essa é a primeira edição regionalizada (a 1ª ocorreu no centro de São Paulo, voltada para todo o município), que tem como objetivo aproximar a casa do trabalho, visando a comodidade das pessoas com deficiência. A ideia dessas ações regionais é que sejam oferecidas vagas para as regiões do evento, priorizando empresas que possuem vagas na zona". Até então, estão confirmadas 351 oportunidades a serem ofertadas nessa edição.

Marinalva explica que a escolha dessa primeira região se deu por meio de análises de público do evento em 2016 e da procura no sistema público de emprego. "Existem muitas pessoas com deficiência da Zona Leste, que procuram emprego no sistema público, além da presença massiva em ações de empregabilidade." A próxima edição ainda não tem local definido, porém, a tendência é que seja na Zona Sul.

Serviços

O evento irá oferecer, além da oferta de inscrição em vagas de emprego, outras ações que são novidades, como por exemplo: orientação sobre serviços previdenciários, inscrições para cursos de qualificação profissional, emissão de Carteira de Trabalho, orientação sobre Bilhete Único Especial, entre outros. Nesta edição, o número de empresas cadastradas para o oferecimento de vagas de trabalho aumentou. Em 2016 foram apenas 14 empresas, ante 26 confirmadas neste ano.

Marinalva estima que o público será praticamente igual ao evento do ano passado, que contou com 530 pessoas de todo o município. "Por ser a primeira regional, ainda não temos ao certo quantos vão comparecer, mas estimo de 300 a 500 pessoas."

Beatriz Boturão

(Fonte: DCI – 14/11/2017)

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

ESTADÃO.COM.BR

Governo prepara ajustes na nova lei trabalhista

Legislação que entra em vigor hoje ainda deve sofrer alterações, porque, para aprová-la, Michel Temer prometeu mudanças aos senadores

Fernando Nakagawa e Carla Araújo, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Aos 74 anos, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ganha uma nova roupagem a partir de hoje. Com a entrada em vigor da reforma trabalhista, a relação entre patrões e empregados mudará profundamente em meio às promessas de criação de vagas e o temor de piora das condições de trabalho. As regras começam a valer sem que o governo tenha decidido como será o processo de ajuste de alguns temas prometidos ao Congresso: se por Medida Provisória ou projeto de lei. A minuta do texto, que está na Casa Civil, não prevê, como foi cogitado, um novo instrumento para financiamento dos sindicatos.

O projeto que entra em vigor neste sábado, 11, foi amplamente apoiado pelas entidades empresariais. O texto prevê, por exemplo, que os acordos coletivos tenham força de lei. Também acaba com a obrigatoriedade da contribuição sindical e permite a flexibilização de contratos de trabalho. Direitos constitucionais, como o 13º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e salário mínimo, estão preservados.

Diante de alguns pontos sem acordo entre governo e Congresso e com uma relação cada vez mais complicada com os parlamentares, o Palácio do Planalto não conseguiu entregar a proposta de ajuste da reforma trabalhista antes da estreia das novas regras.

O texto que vai alterar pontos, como o trabalho insalubre de gestantes e contratos intermitentes está praticamente pronto, mas ainda há itens importantes em aberto e precisam ser decididos pelo Palácio do Planalto.

Martelo. O governo ainda não bateu o martelo sobre como será a tramitação do ajuste. Inicialmente, a ideia era editar uma MP previamente acertada com os parlamentares. Costurada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), a solução esbarrou na crescente insatisfação de parte da bancada governista e na resistência de parlamentares ligados aos movimentos sindicais.

Por isso, o governo passou a cogitar apresentar um Projeto de Lei, cuja tramitação poderia ser mais bem administrada pelo governo, mas não haveria o efeito imediato da MP.

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

Outro ponto ainda polêmico é o financiamento sindical. A minuta que está na Casa Civil não prevê qualquer tipo de novo instrumento para substituir o imposto sindical – que deixa de existir a partir deste sábado.

O governo, porém, tem sido duramente pressionado pelos sindicatos que exigem a regulamentação de um instrumento alternativo, como a contribuição a ser paga na negociação coletiva. No governo, não é descartada inclusive eventual decisão futura sobre o tema.

Trabalho insalubre. Apesar dessas dúvidas, o ajuste das normas trabalhistas está praticamente fechado. Como prometido aos senadores, a minuta que está na Casa Civil prevê, por exemplo, alteração das regras para o trabalho insalubre de grávidas e lactantes.

O texto sancionado em julho previa que gestantes deveriam apresentar atestado de saúde para serem afastadas, durante a gestação, de atividades consideradas insalubres.

Agora, a proposta prevê vedação do trabalho nessa situação, mas haverá possibilidade de continuar nos casos em que a trabalhadora apresentar atestado que permita o trabalho.

Outro ponto é o que impõe quarentena de 18 meses para uma empresa recontratar através de contrato intermitente um empregado previamente demitido.

O texto também proíbe qualquer cláusula de exclusividade para o contrato autônomo e estabelece regras para que a jornada de 12 horas de trabalho com 36 horas de descanso tenha de passar por acordo coletivo.

Trabalhadores ainda desconhecem nova CLT

Em agências de emprego, brasileiro ignora novas regras trabalhistas em vigor desde sábado

Douglas Gavras e Jéssica Alves , O Estado de S.Paulo

"Tem aquele trabalho intermitente, em que a gente não sabe a hora de ir para casa", exemplifica o porteiro Eder Soares, de 31 anos, ao ser questionado sobre o que deve mudar com a reforma trabalhista, em vigor desde o dia 11 de novembro.

A mudança na legislação é uma das vitrines do presidente Michel Temer.

Aprovadas em julho, as regras foram anunciadas pelo governo como uma modernização para diminuir a insegurança jurídica nas relações entre patrão e empregado e estimular negociações.

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

Na primeira segunda-feira após a atualização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o trabalhador, porém, parece desconhecer a nova legislação.

Há um ano e seis meses, Soares trabalhava monitorando as câmeras de segurança de um shopping center em São Paulo.

Agora, saindo de uma agência de empregos na cidade, se anima com um trabalho temporário, mas reconhece não saber o que pode mudar no contrato, se for efetivado.

“Depois de ter ficado tanto tempo desempregado, qualquer promessa de que será mais fácil conseguir um emprego agora parece distante.”

Luiz Teodoro, de 39 anos, deixou o emprego em uma imobiliária há uma semana e também não sabe ao certo o que muda daqui para frente, quando começar a trabalhar como vendedor. “Só espero não perder direitos.”

“A gente percebe dúvidas por parte dos candidatos, mas isso ainda não tem atrapalhado as seleções.

Os candidatos aceitam as normas sem considerar aspectos novos da lei”, diz Nilson Pereira, da empresa de recrutamento ManpowerGroup.

“Tudo foi feito muito às pressas, não houve uma campanha do governo. A própria apatia dos sindicatos demonstra isso”, avalia o juiz Guilherme Guimarães Feliciano, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

O magistrado lembra que os tribunais fizeram críticas à reforma e diz que vai demorar para que as controvérsias criadas com a lei sejam pacificadas.

No sábado, um juiz da Bahia decidiu contrariamente a um funcionário que processou o empregador por ter sido assaltado a caminho do trabalho. O empregado teve de pagar R$ 8.500 por litigância de má-fé e custos da ação.

“O entendimento era de que o trabalhador não deveria pagar custos por processos antigos. Com a nova legislação, ele paga.

Os juízes estão se esforçando para construir uma coerência, mas teremos entendimentos díspares”, afirma Feliciano.

(Fonte: Estado de SP – 14/11/2017)

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

DECISÕES

Valor ECONÔMICO

Home office

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) acolheu recurso da Blackberry Serviços de Suporte de Vendas do Brasil e julgou improcedente o pedido de horas extras de um gerente de qualidade que executava suas tarefas no sistema de home office. Para a 8ª Turma, presume-se que não há controle de horário no trabalho em casa, e caberia ao empregado apresentar prova em sentido contrário (RR - 562-52.2014.5. 02.0029). No caso, o exgerente da Blackberry, multinacional de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação, alegou que respondia a e-mails e atendia ligações fora do horário de trabalho, e ainda era obrigado a transmitir respostas, pareceres e solicitações aos superiores, sob pena de severas repreensões. Afirmou ainda que fazia viagens frequentes à Argentina, nas quais trabalhava além das oito horas. Por isso, pedia o pagamento de horas extras na média aproximada de cinco horas diárias. A empresa, por sua vez, argumentou que não havia fiscalização de jornada de trabalho e que o próprio gerente afirmou que as únicas pessoas às quais se reportava estavam no México e, depois, no Canadá. A testemunha da empresa afirmou que as horas de trabalho, cerca de sete a oito por dia, eram totalmente flexíveis, e não havia sobreaviso.

Justa causa

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) negou provimento ao agravo de instrumento da COFCO Brasil, empresa do ramo agrícola, contra decisão que afastou a justa causa aplicada a um motorista de caminhão que sofreu um acidente de trabalho ao bater o veículo após sofrer um "apagão" ao volante. O entendimento da 5ª Turma foi o de que o motorista não teve qualquer intenção voluntária de causar o acidente (AIRR-11990-71. 2014.5.15.0028). O motorista afirmou que, durante a sindicância interna para apuração do acidente, foi orientado a não fazer constar a informação sobre o mal súbito, e sim a de que ele teria dormido ao volante por conta de cansaço, sob pena de não mais dirigir para a empresa. Disse que concordou, na boa-fé, com os termos, porém foi demitido por justa causa em razão do acidente. Na reclamação trabalhista, alegou que seu histórico na empresa demonstra que sempre foi zeloso e competente, e nunca se envolveu em acidentes anteriormente. Disse ainda que, no acidente, ficou preso às ferragens e sofreu ferimentos e teve de ser afastado pelo INSS, tendo, portanto, direito à estabilidade acidentária de 12 meses.

(Fonte: Valor Econômico – 14/11/2017)

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

DCI www.dci.com.br

TRT-2 condena empresa em R$ 500 mil por 'dumping social'

Multinacional foi processada por discriminação a funcionário homossexual e não pagamento de horas extras e juiz estabelece punição maior que a pedida

São Paulo - Um juiz subordinado ao Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região (TRT-2), em São Paulo, foi além do que o empregado pediu em sua ação trabalhista e condenou a empresa a pagar R$ 500 mil por dano social decorrente do descumprimento da lei. Essa verba proveniente da condenação pelo chamado "dumping social" tem caráter punitivo e não será revertida para o trabalhador que abriu o processo, mas para a sociedade inteira por meio de investimentos no hospital municipal de São Caetano do Sul e entidades filantrópicas. Segundo o especialista em direito do trabalho do Bonilha Advogados, Renato Santiago, escritório que defendeu o trabalhador, o "dumping social" se caracteriza por práticas reiteradas de dano aos direitos do funcionário. "No momento em que a empresa sonega direitos, ela passa a reduzir seus custos e ter uma vantagem direta contra quem cumpre regularmente", afirma. No caso, o empregado de uma rede multinacional de fast-food entrou na Justiça contra sua empregadora por diversas infrações à legislação trabalhista, entre as quais a discriminação por sua orientação sexual. "Ele era submetido a tratamento diferenciado e constantemente era humilhado e ofendido por seu supervisor por causa de sua homossexualidade", conta Helena Cristina Bonilha, do Bonilha Advogados.

De acordo com a primeira testemunha ouvida na ação, o empregado sofreu ofensas constantemente por um colega e chegou a reclamar com a gerência, mas nenhuma providência foi tomada. "A empresa deve manter o dia-a-dia de trabalho longe de ofensas. O trabalhador deve ser protegido no que tange a sua esfera moral", avalia Santiago. Além disso, a companhia ainda teria descumprido a legislação que trata de jornada de trabalho e horas extras, fazendo com que seus empregados trabalhassem mais do que oito horas diárias sem pagamento do adicional de 60% sobre as duas primeiras horas extras nem de 100% sobre as duas seguintes. Esse problema teria sido relatado em outras ações contra a mesma firma. "Considerando que a reclamada vem deliberadamente praticando atos ilícitos consistentes no desrespeito às leis trabalhistas e instrumentos coletivos e concorrência desleal, deve ser punida como forma de reparar os danos causados à sociedade e como maneira de desestímulo na constante prática", apontou o juiz Igor Cardoso Garcia no acórdão. De acordo com o coordenador da área trabalhista do escritório Adib Abdouni Advogados, Akira Sassaki, a decisão foi interessante, mas tem grandes chances de ser derrubada nas instâncias superiores por conta de um precedente aberto pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Filho. "Algumas turmas do TST e dos regionais seguem esse entendimento de que só pode haver decisão sobre o que o reclamante pediu", explica. Santiago, por sua vez, defende que a lei prevê a livre atuação do juiz quando se trata de questão de ordem pública.

Ricardo Bomfim

(Fonte: DCI – 14/11/2017)

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br